

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO

**PROCEDIMENTO POR CONCURSO PÚBLICO NACIONAL PARA
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIAGENS, TRANSPORTES
E ALOJAMENTO PARA O PERÍODO DE 24 MESES**

PROGRAMA DE PROCEDIMENTO
CONCURSO PÚBLICO NACIONAL PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE VIAGENS,
TRANSPORTES E ALOJAMENTO PARA O PERÍODO DE 24 MESES

PARTE I
OBJETO E ÂMBITO DO CONCURSO

Cláusula Primeira

Identificação e objeto do concurso

1. O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços de viagens, transportes e alojamento, para o período de 24 meses, com possibilidade de renovação por 12 meses ou até se esgotar o valor contratual, consoante o que se verificar primeiro, nos termos melhor definidos no caderno de encargos.
2. O presente procedimento segue a tramitação do Concurso Público sem publicidade internacional, nos termos do artigo 130.º a 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), sendo designado por “Aquisição de Serviços de Viagens, Transportes e Alojamento para o período de 24 meses”.

Cláusula Segunda

Entidade adjudicante

1. A entidade adjudicante é a Nova School of Business and Economics, Unidade Orgânica integrante da Universidade Nova de Lisboa, Fundação Pública com regime de Direito Privado, com o número de identificação fiscal 501559094, sita sede na Rua da Holanda n.º 1, 2775-405 Carcavelos, com o número de telefone 213 801 600 e com o endereço eletrónico compras@novasbe.pt.
3. A plataforma eletrónica de Contratação da entidade adjudicante é www.acingov.pt (doravante designada “Plataforma Eletrónica”)
4. O concurso é conduzido por um júri composto por três membros efetivos e dois suplentes, nomeados pelo Diretor da entidade adjudicante, cabendo-lhe exercer as funções previstas na lei e no presente programa do concurso.

Cláusula Terceira

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Diretor da entidade adjudicante, o Prof. Doutor Daniel Abel Monteiro Palhares Traça, no uso de competência própria, conforme previsto na alínea e) do n.º 1 do artigo 10.º dos Estatutos da Nova SBE – Faculdade de Economia da UNL, publicado em anexo ao Despacho n.º 430/2018 na 2.ª Série do Diário da República de 9 de janeiro de 2018, conjugada com o artigo 17.º n.º 1, alínea b) do DL 197/99, de 8 de junho.

PARTE II

APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Cláusula Quarta

Acesso ao procedimento e disponibilização das peças

1. Nos termos do disposto no artigo n.º 133.º do CCP, o presente procedimento será integralmente disponibilizado na Plataforma Eletrónica desde o dia da publicação do anúncio.
2. O Procedimento é constituído pelas seguintes peças:
 - a) O presente programa do concurso;
 - b) O caderno de encargos.
3. O acesso à Plataforma Eletrónica permite aos interessados realizar a consulta, o download gratuito das peças do concurso, bem como apresentar proposta, devendo, para tanto, proceder ao respetivo registo, de acordo com as indicações constantes da Plataforma Eletrónica.

Cláusula Quinta

Esclarecimentos e retificação sobre as peças do procedimento

1. Os interessados podem apresentar os pedidos de esclarecimento necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, através da Plataforma Eletrónica, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

2. No prazo referido no número anterior, os interessados podem apresentar uma lista com identificação expressa e inequívoca dos erros e omissões das peças do procedimento que tenham detetado.
3. A lista a apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar deve identificar expressa e inequivocamente os erros e omissões detetados no caderno de encargos, com exceção dos previstos na alínea d) do número 2 do artigo 50.º do CCP e daqueles que apenas pudessem ser identificados na fase de execução do contrato.
4. Os esclarecimentos solicitados serão prestados pelo Júri designado no procedimento até ao fim do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
5. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados até ao fim do segundo terço do prazo fixados para a apresentação das propostas, identificando, se for o caso, os termos do suprimento daqueles, considerando-se rejeitados todos os que não forem expressamente aceites.
6. As listas juntas pelos interessados, os esclarecimentos prestados, bem como as retificações efetuadas devem ser disponibilizadas na Plataforma Eletrónica e ser junta cópia às peças do procedimento, notificando-se os interessados que tenham obtido as peças.
7. A falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento ou de retificação expressamente aceite, ou o atraso nessas respostas para além do prazo fixado nos números 4 e 5 anteriores, obriga à prorrogação do prazo para a entrega das propostas, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
8. A prorrogação do prazo para a apresentação das propostas aproveita a todos os interessados.

Cláusula Sexta

Apresentação das propostas e documentos

1. A proposta e os documentos que a instruem devem ser apresentados exclusivamente na Plataforma Eletrónica.
2. A proposta deve ser, obrigatoriamente, instruída com os seguintes documentos:
 - a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** do CCP;
 - b) Proposta de preço elaborada em conformidade com o **Anexo A** ao presente programa de concurso;

- c) Nota justificativa do preço proposto na qual se discrimine a distribuição de custos de que depende a execução dos serviços a prestar;
 - d) Proposta financeira elaborada em conformidade com o Anexo disponibilizado em formato excel, documento anexo ao presente programa de concurso;
 - e) Alvará ou documento equivalente, que habilite o concorrente para o exercício da atividade objeto da prestação de serviços do presente procedimento, nomeadamente declaração comprovativa em como se encontra inscrito no Registo Nacional de Agentes de Viagens e Turismo (RNAVT);
 - f) Certidão atualizada do registo comercial, com todas as inscrições em vigor ou disponibilização do código de acesso para consulta online;
 - g) Declaração comprovativa em como é subscritor do sistema GDS- Global Distribution System;
 - h) Declaração comprovativa em como está acreditado pela International Air Transport Association (IATA);
3. A proposta, bem como os documentos que a instruem devem ser redigidos em língua portuguesa ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual a entidade concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos legais, sobre os respetivos originais. Serão considerados como inexistentes os documentos em língua estrangeira que não sejam acompanhados da respetiva tradução, à exceção de terminologias técnicas que não tenham tradução em língua portuguesa ou que façam parte do jargão aplicável.
4. O concorrente pode ainda apresentar outros documentos que considere indispensáveis para o esclarecimento dos atributos da sua proposta, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Código dos Contratos Públicos.
5. Todos os documentos referidos no nº 2 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar nos termos da lei aplicável, nomeadamente a lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
6. A proposta que não seja apresentada em conformidade com o disposto nos números anteriores ou com o disposto no n.º 2 do artigo 146.º ex vi n.º do artigo 70.º, ambos do CCP, será alvo de exclusão.

Cláusula Sétima

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

Cláusula Oitava

Modo de apresentação das propostas e dos documentos

1. Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na Plataforma Eletrónica.
2. Os termos a que deve obedecer a apresentação e a receção das propostas referidos nos números anteriores são definidos na Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem a proposta não possa ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve efetuado nos termos do n.º 5 e seguintes do artigo 62.º do CCP.

Cláusula Nona

Prazo para a apresentação das propostas

1. As propostas devem ser apresentadas na Plataforma Eletrónica até às 17:00 H do 10.º dia a contar do anúncio de publicação no Diário da República (DR).
2. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os concorrentes que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando que comuniquem tal facto à entidade adjudicante através da Plataforma Eletrónica.
3. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

Cláusula Décima

Prorrogação do prazo fixado para apresentação das propostas

1. Quando os esclarecimentos ou retificações previstas na Cláusula Quinta sejam comunicados aos concorrentes para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação da proposta deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões referidas na Cláusula Quinta implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento,

independentemente do momento da sua comunicação pela entidade adjudicante, o prazo fixado para a apresentação da proposta deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

3. As decisões de prorrogação cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, que as pode delegar no Júri do procedimento, e serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os concorrentes que as tenham adquirido, publicando-se aviso daquelas decisões, nos termos previstos na Cláusula Quinta.

Cláusula Décima Primeira

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 120 (cento e vinte dias) contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

Cláusula Décima Segunda

Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na Plataforma Eletrónica.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na Plataforma Eletrónica.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar.

PARTE III
ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Cláusula Décima Terceira

Critério de adjudicação e desempate

1. O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, considerando a avaliação do preço em conjunto com o seguinte modelo de avaliação, a seguir discriminado e considerando os seguintes fatores:
 - a) **Taxa de serviço (TS): 80 % de ponderação;**
 - b) **Disponibilização de um recurso do prestador do serviço nas instalações da Entidade adjudicante, Campus de Carcavelos (RH):5% de ponderação;**
 - c) **Descrição das políticas e práticas de sustentabilidade em curso na empresa (GP):5% de ponderação;**
 - d) **Disponibilização de uma plataforma online que permite à entidade adjudicante pesquisar reservar e aprovar viagens de trabalho (PL): 5 % de ponderação;**
 - e) **Inclusão de medidas que reduzam o impacto ambiental (IA): 5% de ponderação.**
2. A valoração das propostas será calculada através da seguinte fórmula:
$$V = (TS \times 80 \%) + (RH \times 5 \%) + (GP \times 5\%) + (PL \times 5\%) + (IA \times 5\%)$$

em que:

V - Pontuação Obtida;

TS - Pontuação obtida de acordo com a valorização do valor da taxa de serviço ponderado proposto (**VVTSP**), de acordo com o disposto no ponto 4.

RH - Pontuação obtida de acordo com a disponibilização de recursos pelo adjudicatário na Nova SBE, de acordo com o ponto 6.

GP - Pontuação obtida de acordo com a disponibilização de informação acerca da Políticas de Sustentabilidade em vigor na empresa, de acordo com o ponto 7

PL – Pontuação obtida de acordo a disponibilização de uma plataforma online, de acordo com o ponto 8.

IA - Pontuação obtida de acordo com a Inclusão de medidas que reduzam o impacto ambiental, de acordo com o ponto 9.

3. A quantificação do TS será obtida de acordo com a valorização do valor da taxa de serviço ponderado proposto (**VVTSP**), através da aplicação da seguinte fórmula matemática e considerando a informação constante do quadro infra:

$$TS = [LSP - ((LSP - LIP) \times (VVTSP - MINVVTSP) / (MAXVVTSP - MINVVTSP))]$$

Pontuação TS		
LSP	Limite Superior de Pontuação	100
LIP	Limite Inferior de Pontuação	1
VVTSP	Valorização do valor da taxa de serviço ponderado proposto	Resultado ponderado dos valores indicados pelo concorrente
MAXVVTSP	Máximo VVTSP considerável	10,00 €
MINVVTSP	Mínimo VVTSP considerável	1 €

4. Para o efeito VVTSP, assumirá as seguintes ponderações:

$$VVTSP = ((ETA \times 40\%) + (EA \times 20\%) (EAA \times 10\%) + (ETF \times 5\%) + (EAV \times 5\%) + (CTA \times 5\%) + (CA \times 5\%) + (CTF \times 5\%) + (CAV \times 5\%))$$

Onde:

ETA – Taxa de serviço para a emissão de transporte aéreo;

EA - Taxa de serviço para a emissão de alojamento;

EAA - Taxa de serviço para a emissão de alojamento com acordos pré-estabelecidos;

ETF - Taxa de serviço para a emissão de transporte ferroviário;

EAV - Taxa de serviço para a emissão de aluguer de viaturas;

CTA - Taxa de serviço para alteração / cancelamento de transporte aéreo;

CA - Taxa de serviço para alteração / cancelamento de alojamento;

CTF - Taxa de serviço para alteração / cancelamento de transporte ferroviário;

CAV - Taxa de serviço para alteração / cancelamento de aluguer de viaturas.

5. Na fórmula referenciada no ponto 4 as designações **ETA, EA, EAA, ETF, EAV, CTA, CA, CTF e CAV** assumem os valores com que forem preenchidos os campos com a mesma designação do modelo de proposta.

6. A quantificação do RH será apurada, através da aplicação da seguinte tabela:

Nº de Recursos	Período	Pontos
1	1 manhã por semana	10
1	2 manhãs por semana	20
1	3 manhãs por semana	40
1	4 manhãs por semana	60
1	5 manhãs por semana	100

Nota: Como pontuação máxima o concorrente poderá obter 100 pontos, que serão alvo de ponderação à percentagem de 5%.

7. Descrição das Políticas e Práticas de Sustentabilidade implementadas pelo adjudicatário, na sua atividade, ao nível de:

- ❖ Operações de escritório - por ex. desmaterialização de processos, energia usada e cumprimento das melhores práticas laborais - (Apresenta – 20 pontos; Não apresenta 0 pontos);
- ❖ Trabalhar com fornecedores, apoiando e motivando os parceiros existentes em direção à sustentabilidade, por exemplo formação, informações e incentivos - (Apresenta – 20 pontos; Não apresenta 0 pontos);
- ❖ Relações com os fornecedores e clientes - sensibilização e promoção de escolhas responsáveis, por exemplo, informações e Códigos de conduta - (Apresenta – 20 pontos; Não apresenta 0 pontos);
- ❖ Relação com a comunidade – projetos de responsabilidade social promovidos ou realizados - (Apresenta – 20 pontos; Não apresenta 0 pontos);
- ❖ Incorporação dos princípios do Global Code of Ethics for Tourism - (Apresenta – 20 pontos; Não apresenta 0 pontos).

Nota: Como pontuação máxima o concorrente poderá obter 100 pontos, que serão alvo de ponderação à percentagem de 5%.

8. Disponibilização de uma plataforma online que permita definir, consultar, gerir e efetuar reservas tendo em conta os requisitos pré-definidos na Cláusula Décima Nona do Caderno

de Encargos - (Apresenta de acordo com os critérios definidos no Caderno de Encargos – 100 pontos; Não apresenta 0 pontos).

Nota: Como pontuação máxima o concorrente poderá obter são 100 pontos, que serão alvo de ponderação à percentagem de 5%.

9. Inclusão de medidas que reduzam o impacto ambiental, designadamente a proposta encerra soluções que visão reduzir as emissões de CO₂, promovendo a eficiência energética e ao mesmo tempo apresenta serviços mais ecológicos - (Apresenta de acordo com os critérios definidos no Caderno de Encargos – 100 pontos; Não apresenta 0 pontos).

Nota: Como pontuação máxima o concorrente poderá obter 100 pontos, que serão alvo de ponderação à percentagem de 5%.

10. No caso de uma ou mais propostas apresentarem igualdade de pontuação, após aplicação do critério de adjudicação, considera-se melhor classificada aquela que apresentar o maior valor de VVTSP.
11. No caso de subsistir o empate, considera-se melhor classificada a que apresentar o maior valor de ETA.
12. No caso de continuar a subsistir empate, considera-se melhor classificada a que apresentar o maior valor de EA.
13. Ainda assim se continuar a subsistir empate, considera-se melhor classificada a que apresentar o maior valor de EAA.
14. Caso ainda assim subsista o empate, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a desenrolar presencialmente com os interessados, do qual será lavrada ata por todos os presentes.
15. No seguimento do descrito no número anterior, o Júri convocará os concorrentes com 3 (três) dias úteis de antecedência, sendo comunicada a data, hora e local onde se realizará o ato de sorteio.

Cláusula Décima Quarta

Análise das propostas

1. As propostas são analisadas em todos os seus atributos, de acordo com o critério de adjudicação definido nos termos do presente programa do procedimento.

2. Sem prejuízo do estabelecido no n.º 6 da Cláusula Sexta, serão excluídas as propostas considerando o disposto nos artigos 70.º e 146.º ambos do CCP.

Cláusula Décima Quinta

Esclarecimentos sobre as propostas

O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que considere necessárias para efeitos de análise e avaliação das mesmas, de acordo com o previsto no artigo 72.º do CCP.

Cláusula Décima Sexta

Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação do concurso, o júri elabora um relatório preliminar fundamentado, no qual deve propor a ordenação das propostas.
2. No relatório preliminar, que se refere no número anterior, o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas relativamente às quais se verifique alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146.º do CCP.
3. Quando o mesmo concorrente apresente mais de uma proposta em violação do disposto no número anterior, o júri proporá também a exclusão de todas as propostas por ele apresentadas.
4. Do relatório preliminar constará ainda referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes nos termos do disposto na Cláusula Décima Quinta.

Cláusula Décima sétima

Audiência prévia

Elaborado o relatório preliminar, o júri envia-o a todos os concorrentes, fixando-lhes um prazo, não inferior a cinco dias úteis, para que se pronunciem, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

Cláusula Décima Oitava

Relatório final

Cumprido o disposto na cláusula anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado nos termos do disposto no artigo 148.º do CCP.

PARTE IV
ADJUDICAÇÃO

Cláusula Décima Nona

Notificação da decisão de adjudicação

1. O órgão competente para a decisão de contratar deve tomar a decisão de adjudicação e notificá-la aos concorrentes até ao termo da obrigação de manutenção das propostas, fixado na Cláusula Décima Primeira, remetendo-lhes igualmente o relatório final de análise das propostas
2. Por motivo devidamente justificado, a decisão de adjudicação pode ser tomada e notificada aos concorrentes após o termo do prazo referido no número anterior, sem prejuízo do direito de recusa da adjudicação pelo concorrente cuja proposta foi a escolhida.

Cláusula Vigésima

Causas de não adjudicação

1. Não há lugar a adjudicação, extinguindo-se o procedimento, nas situações previstas no n.º 1 do artigo 79.º do CCP.
2. A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, deve ser notificada a todos os concorrentes.
3. A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar, prevista no artigo 80.º do CCP.

Cláusula Vigésima Primeira

Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve entregar, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos nos n.ºs 1 e 4 do artigo 81.º do CCP, a saber:
 - a) Declaração do anexo II ao CCP;
 - b) Documentos comprovativos de que o adjudicatário não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55º do CCP;

- c) Caso o adjudicatário não tenha sede e direção efetiva em Portugal deve apresentar o comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele titularidade de habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato;
 - d) Podem ser acrescentados outros documentos de habilitação.
2. No caso de não apresentação dos documentos de habilitação no prazo fixado por facto não imputável ao adjudicatário, e em função das razões invocadas, o órgão competente para a decisão de contratar poderá conceder um prazo adicional de 5 (cinco) dias úteis para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação, aplicando-se a norma constantes do n.º 4 do artigo 86.º do CCP.

Cláusula Vigésima Segunda

Modo de apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação através da Plataforma Eletrónica.
2. Quando os documentos a que se refere a alínea b) e c) do n.º 1 da Cláusula Vigésima Primeira se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos dele constantes sejam redigidos em língua portuguesa.
3. Quando ao adjudicatário tenha prestado consentimento, nos termos da lei, para que a entidade adjudicante consulte a informação relativa a qualquer dos documentos referidos na alínea b) do n.º 1 da Cláusula Vigésima Primeira, é dispensada a sua apresentação nos termos do n.º 1 ou a indicação prevista no número anterior.
4. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundamentada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

Cláusula Vigésima Terceira

Notificação da Apresentação dos documentos de habilitação

O órgão competente para a decisão de contratar notifica em simultâneo todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia dessa apresentação e disponibiliza-os, para consulta, na plataforma eletrónica utilizada.

Cláusula Vigésima Quarta

Caução

1. Será exigível ao adjudicatário a prestação de uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas com a celebração do contrato, no valor de 5% do preço contratual.
2. Ao prazo e ao modo de prestação da caução, assim como à determinação da responsabilidade pelas despesas a ela relativas, é aplicável o disposto no artigo 90.º do CCP.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, no prazo e termos fixados, a caução exigida, devendo, nesse caso, o órgão competente para a decisão de contratar adjudicar a proposta ordenada em segundo lugar.
4. Os modelos referentes à caução são os previstos no **Anexo B** ao presente Programa do Procedimento.

Cláusula Vigésima Quinta

Normas aplicáveis

Ao presente procedimento e, bem assim, em tudo o omissso no presente programa do procedimento, observar-se-á o disposto no caderno de encargos e no CCP.

ANEXO A

Proposta de preço a que se refere a alínea b) do n.º 2 da Cláusula Sexta do Programa do Procedimento

[•](inserir nome completo, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de [•](inserir designação completa, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de [•](designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos pelo preço total de [•]€ (indicar o valor por extenso)*.

Para efeitos de concurso, são ainda indicados pelo ora concorrente os seguintes valores infra:

	Preço Proposto
ETA – Taxa de serviço para a emissão de transporte aéreo	Emissão
Preço Proposto	1
EA - Taxa de serviço para a emissão de alojamento	Emissão
Preço Proposto	2
EAA - Taxa de serviço para a emissão de alojamento com acordos pré-estabelecidos	Emissão
Preço Proposto	3
ETF - Taxa de serviço para a emissão de transporte ferroviário	Emissão
Preço Proposto	4
EAV - Taxa de serviço para a emissão de aluguer de viaturas	Emissão

¹ Os concorrentes devem indicar o preço unitário, expresso em euros e sem menção de IVA que propõem para a **taxa de serviço para a emissão de transporte aéreo**. O valor unitário indicado não pode ser superior a 10 €.

² Os concorrentes devem indicar o preço unitário, expresso em euros e sem menção de IVA que propõem para a **taxa de serviço para a emissão de alojamento**. O valor unitário indicado não pode ser superior a 10 €.

³ Os concorrentes devem indicar o preço unitário, expresso em euros e sem menção de IVA que propõem para a **Taxa de serviço para a emissão de alojamento com acordos pré-estabelecidos**. O valor unitário indicado não pode ser superior a 10 €.

⁴ Os concorrentes devem indicar o preço unitário, expresso em euros e sem menção de IVA que propõem para a **Taxa de serviço para a emissão de transporte ferroviário**. O valor unitário indicado não pode ser superior a 5 €.

Preço Proposto	5
CTA - Taxa de serviço para alteração / cancelamento de transporte aéreo	Alteração / Cancelamento
Preço Proposto	6
CA - Taxa de serviço para alteração / cancelamento de alojamento	Alteração / Cancelamento
Preço Proposto	7
CTF - Taxa de serviço para alteração / cancelamento de transporte ferroviário	Alteração / Cancelamento
Preço Proposto	8
CAV - Taxa de serviço para alteração / cancelamento de aluguer de viaturas	Alteração / Cancelamento
Preço Proposto	9

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m), em tudo o que respeita à execução do contrato, ao prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data

Assinatura do Concorrente/ Representante Legal

⁵ Os concorrentes devem indicar o preço unitário, expresso em euros e sem menção de IVA que propõem para **Taxa de serviço para a emissão de aluguer de viaturas**. O valor unitário indicado não pode ser superior a 10 €.

⁶ Os concorrentes devem indicar o preço unitário, expresso em euros e sem menção de IVA que propõem para a - **Taxa de serviço para alteração / cancelamento de transporte aéreo**. O valor unitário indicado não pode ser superior a 5€.

⁷ Os concorrentes devem indicar o preço unitário, expresso em euros e sem menção de IVA que propõem para - **Taxa de serviço para alteração / cancelamento de alojamento**. O valor unitário indicado não pode ser superior a 5 €.

⁸ Os concorrentes devem indicar o preço unitário, expresso em euros e sem menção de IVA que propõem para a **Taxa de serviço para alteração / cancelamento de transporte ferroviário**. O valor unitário indicado não pode ser superior a 2 €.

⁹ Os concorrentes devem indicar o preço unitário, expresso em euros e sem menção de IVA que propõem para a **Taxa de serviço para alteração / cancelamento de aluguer de viaturas**. O valor unitário indicado não pode ser superior a 1 €.

ANEXO B

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA/SEGURO DE CAUÇÃO

Garantia bancária/seguro de caução n.º _____

Em nome e a pedido de _____ (adjudicatário), vem o(a) _____ (instituição garante), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro-caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ (pôr algarismos e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito do _____ (identificação do procedimento), nos termos dos n.ºs 6/7 (eliminar o que não interessar) e 8 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 5% do preço contratual e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objecções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

Euros _____ €

Vai _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco _____ a quantia de _____ (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro/em títulos (*eliminar o que não interessa*), como caução exigida para _____ (*identificação do procedimento*), nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 90.º do Código dos Contratos Públicos. Este depósito, sem reservas, fica à ordem de _____ (*entidade adjudicante*), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

[anexar precatório-cheque devidamente preenchido]

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]